



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal Nº 324, de 30/01/2023

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. PREFEITO LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA



Edição Nº. 318 – São Francisco do Oeste/RN, Segunda-Feira – 13 de maio de 2024.

IMPrensa Oficial do Município de São Francisco do Oeste/RN

EDITADO PELO GABINETE DO PREFEITO

PODER EXECUTIVO

LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA – PREFEITO MUNICIPAL
ALANY SAMUEL LOPES DE FREITAS – VICE-PREFEITO

PODER LEGISLATIVO – VEREADORES

CÍCERO GOMES DE FREITAS – PRESIDENTE
VALCIMAR FERREIRA DE PAIVA – VICE-PRESIDENTE
RAIMUNDO SOUZA DA SILVA – 1º SECRETÁRIO
ANTÔNIO GESSÉ DE FREITAS – 2º SECRETÁRIO
CLEIDE SANTANA DANTAS DA SILVA
FRANCISCO ERIVANALDO DIAS DINIZ
GENIOSMO CAMPOS PINHEIRO DE MORAIS
MARIA JUBERLÂNGIA DA SILVA
RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS JÚNIOR

1 – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- **Aviso de Contratação Direta Nº 028.05/2024 – Processo Administrativo: nº 028.05/2024**



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal Nº 324, de 30/01/2023

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. PREFEITO LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA



Edição Nº. 318 – São Francisco do Oeste/RN, Segunda-Feira – 13 de maio de 2024.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 028.05/2024
Processo Administrativo nº 028.05/2024

A Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste, CNPJ: 08.154.015/0001-16, através da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, por meio da Comissão de Licitação, realizará Dispensa na forma Presencial, com critério de julgamento por **MENOR PREÇO POR ITEM**, na hipótese do art. 75, inciso I, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 245, de 29 de dezembro de 2022 e demais legislação aplicável.

O envio das propostas e documentos referentes à habilitação para esta **Dispensa Presencial** será **exclusivamente** pelo e-mail, através do endereço: compras.sforn@gmail.com. As propostas, assim como os documentos de habilitação deverão ser enviados nos horários indicados a seguir:

- 1– **Início para envio dos documentos de habilitação e da proposta: 08h (oito) horas do dia 13/05/2024;**
- 2– **Data e hora de término do recebimento dos documentos de habilitação e da proposta: 16/05/2024 às 10h (dez horas);**
- 3– A solicitação de **esclarecimento de dúvidas** a respeito das **condições** deste **Aviso de Contratação Direta** e de outros assuntos relacionados à presente Dispensa de Licitação deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame, exclusivamente pelo e-mail, através do endereço: compras.sforn@gmail.com.

1.OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA:

- 1.1.O objeto da presente Dispensa é a Contratação para o Roço de Vegetação em Faixa de Domínio de Estradas Vicinais do Município de São Francisco do Oeste-RN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso e seus anexos.
- 1.2.A contratação ocorrerá por item, conforme tabela constante no Termo de Referência e no projeto básico, anexo I e anexo II desse Aviso de Contratação.
- 1.3.O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA:

- 2.1.A participação na presente Dispensa de Licitação se dará mediante o envio da documentação de habilitação e proposta de preço para e-mail: compras.sforn@gmail.com no prazo e horário estabelecido neste aviso.
 - 2.1.1. Os interessados deverão estar cientes e atender aos procedimentos e critérios previstos neste Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e seus anexos.
 - 2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer informação enviada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes da falta ou envio indevido de documentos, ainda que por terceiros não autorizados.
- 2.2. **Não poderão participar desta Dispensa os fornecedores:**
 - 2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
 - 2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:
 - a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - e) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista
 - 2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
 - 2.2.3.2. Aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor; organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
 - 2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

3.INGRESSO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA PREÇOS:

- 3.1.O ingresso do fornecedor na disputa da Dispensa de Licitação se dará com o envio de sua proposta e documentos de habilitação, na forma deste item.
- 3.2.O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará via e-mail: compras.sforn@gmail.com, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o envio dos documentos.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal Nº 324, de 30/01/2023

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. PREFEITO LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA



Edição Nº. 318 – São Francisco do Oeste/RN, Segunda-Feira – 13 de maio de 2024.

- 3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
- 3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços ou fornecimento;
- 3.4.1. Os preços ofertados na proposta, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.5. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e os anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços ou fornecimento nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.6. Juntamente com a proposta, o interessado deverá enviar toda a documentação de habilitação descrita no Termo de Referência, na mesma forma do item anterior.

4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO:

- 4.1. Encerrada o prazo para envio das propostas e documentos de habilitação, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 4.2. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.3. Se a proposta do vencedor for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 4.4. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.
- 4.5. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 4.6. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 4.7. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 4.8. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 4.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5. HABILITAÇÃO:

- 5.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação elencados a seguir deverão ser enviados pelo fornecedor juntamente com a propostas para o e-mail conforme item 2 deste Aviso de Contratação.
- 5.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- 5.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "a", "b" e "c" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>), Acórdão nº 1793/2011-Plenário.
- 5.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 5.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 5.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 6.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 6.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 6.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 6.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 6.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 6.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 6.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- 7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 7.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal Nº 324, de 30/01/2023

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. PREFEITO LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA



Edição Nº. 318 – São Francisco do Oeste/RN, Segunda-Feira – 13 de maio de 2024.

Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.3.Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.4.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.5.Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.6.Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.7.Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.8.Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais **ou** municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.1. **Certidão Negativa de Falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

10. SANÇÕES:

10.1. Comete infração administrativa o interessado que se enquadre nas previsões contidas no Art. 155, incisos IV, V, VI, VIII, IX, X, XI e XII da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2. Os interessados que incorrerem nas infrações previstas no item anterior, após o devido processo administrativo, estarão sujeitas às sanções previstas no Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1. O procedimento será divulgado no Portal de Compras Públicas e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores cadastrados no referido Portal, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

11.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

11.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

11.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

11.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

11.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

11.3. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.3.1. ANEXO I - Termo de Referência;

11.3.2. ANEXO II – Projeto Básico;

São Francisco do Oeste/RN, 10 de maio de 2024.

Emanuela Cristina Estevão Leite
Agente de Contratação

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 028.05/2024

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência a contratação para o Roço de Vegetação em Faixa de Domínio de Estradas Vicinais do Município de São Francisco do Oeste-RN, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	VLR. UNITÁRIO	VLR. TOTAL
1	ROÇO MANUAL DE FAIXA DE DOMÍNIO DAS ESTRADAS VICINAIS: (ESTRADA SÍTIO CAIÇARA; ESTRADA SÍTIOS ENTRE SANTO ANDRÉ E TIGRES: TRECHO COSME DE ZEZA A RAIMUNDO GABRIEL; ESTRADA SÍTIOS ENTRE BARRO VERMELHO E MONTE LINO: TRECHO RAIMUNDO GABRIEL Á GALEGO; ESTRADA SÍTIOS: TRECHO CORREDOR DA FANHOSA; ESTRADA	M ²	102750	R\$ 0,51	R\$ 52.402,50



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal Nº 324, de 30/01/2023

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. PREFEITO LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA



Edição Nº. 318 – São Francisco do Oeste/RN, Segunda-Feira – 13 de maio de 2024.

SITIOS: TRECHO CORREDOR FANHOSA A CAROBA; ESTRADA SITIO TIGRES: TRECHO MICHEL A PIRRITA; ESTRADA ENTRE SÃO FRANCISCO DO OESTE E DIVISA CEARÁ; ESTRADA ENTRE BODEGA MARINHO E ESTRADA ACESSO CEARÁ; ESTRADA SITIOS: TRECHO CORREDOR DOS VIANAS).				
TOTAL R\$				R\$ 52.402,50

1.2.O serviço objeto da presente aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho.

1.3.Os itens objeto da presente aquisição são classificados como serviços comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.4.O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da sua assinatura do instrumento contratual, sendo admitida sua prorrogação por igual período.

1.5.O instrumento contratual a ser celebrado oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6.O fornecimento do serviço acima descrito será em duas etapas, nos prazos e nos locais de entrega descritos neste Termo de Referência, assim como o que consta no projeto básico.

2.FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1.A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se fundamentada conforme o Art. 75, I da Lei nº 14.133/2021.

2.2.A descrição da necessidade da contratação estarão descritas abaixo:

2.2.1.Segurança dos Usuários: A vegetação descontrolada ao longo das estradas vicinais representa um risco e pode reduzir a visibilidade dos motoristas, aumentando assim o risco de acidentes. Dessa forma, a remoção regular permite uma visão clara das curvas, interseções e obstáculos na estrada, promovendo a segurança de motoristas, passageiros e pedestres que necessitam utilizar as vias.

2.2.2. Prevenção de Obstruções: À medida que a vegetação cresce, pode começar a invadir a faixa de rodagem, criando obstáculos que dificultam a passagem de veículos. O roço regular ajuda a prevenir essas obstruções e a manter as estradas livres e desobstruídas.

2.2.3. Acesso de Emergências e Serviços Essenciais: Em casos de emergência, como incêndios, acidentes de trânsito dentre outros, é crucial garantir o acesso rápido e desimpedido das equipes para prestação dos serviços de emergência às áreas rurais. O roço regular da vegetação permite que essas equipes alcancem as áreas afetadas com rapidez e eficiência, potencialmente salvando vidas e reduzindo danos materiais.

2.2.4.Facilitação para o Transporte Escolar: Muitas áreas rurais dependem das estradas vicinais para o transporte de alunos que necessitam se deslocar para as escolas da zona urbana. O roço da vegetação ajuda a manter essas vias trafegáveis, garantindo o transporte escolar com segurança e contribuindo para uma educação de qualidade para a população.

2.2.5. Desenvolvimento Econômico e Social: As estradas vicinais desempenham um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais, facilitando o transporte de produtos agrícolas, o acesso a serviços básicos e a integração com centros urbanos. Ao investir na manutenção adequada dessas vias através do roço de vegetação, podemos promover um ambiente favorável para o crescimento econômico e o fortalecimento da infraestrutura local.

2.3.O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual, tendo em vista este instrumento de governança ainda não ter sido elaborado pela Municipalidade.

3.DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO:

3.1.A contratação para o serviço de roço de vegetação em estradas vicinais da zona rural é fundamental para garantir a segurança e a mobilidade dos moradores e trabalhadores que utilizam essas vias. A manutenção adequada das estradas vicinais contribui para a prevenção de acidentes, facilita o escoamento da produção agrícola e promove o acesso aos serviços essenciais, como saúde e educação. Além disso, a realização periódica desse serviço ajuda a evitar a obstrução das vias, garantindo a fluidez do tráfego e a preservação das estradas, além de promover o desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais do nosso município.

4.DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

4.1.A solução para a contratação de serviço de roço de vegetação em estradas vicinais da zona rural envolve a contratação de uma empresa especializada em manutenção de vias rurais. Essa empresa deve realizar o roço da vegetação ao longo das estradas, utilizando equipamentos apropriados para o corte e remoção dos materiais vegetais. O trabalho deve ser realizado de forma periódica, seguindo o cronograma constante no projeto básico em anexo, levando ainda em consideração as condições climáticas e o fluxo de tráfego nas estradas. Além disso, é importante que a empresa contratada esteja ciente das normas ambientais e de segurança, garantindo que o serviço seja realizado de maneira responsável e eficiente.

5.DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

5.1.São requisitos de contratação:

5.1.1. A contratada deverá ter experiência e capacitação comprovada na realização desse tipo de serviço, bem como se dispor de equipe qualificada e equipamentos adequados para a execução do roço de vegetação.

5.1.2. A Contratada deverá estar em conformidade com as normas ambientais vigentes, garantindo que o roço da vegetação seja realizado sem causar danos ao meio ambiente.

5.1.3. A contratada se responsabilizará e garantirá a cobertura de eventuais danos materiais e pessoais ou acidentes que possam ocorrer durante a execução do serviço.

5.1.4. A contratada se responsabilizará pela limpeza e descarte em locais adequados dos dejetos gerados durante o roço de



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal Nº 324, de 30/01/2023

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. PREFEITO LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA



Edição Nº. 318 – São Francisco do Oeste/RN, Segunda-Feira – 13 de maio de 2024.

vegetação, atendendo as normas ambientais.

5.1.5.A contratada será a responsável pelo fornecimento de equipamentos de proteção individual para sua equipe, e se responsabilizará por eventuais danos sofridos pelo pessoal que estiver realizando os serviços.

5.1.6.A Contratada deverá durante a realização dos serviços, dispor de sinalização adequada nos trechos em que estiver sendo realizado o roço da vegetação.

5.1.7.Os serviços serão prestados no município de São Francisco do Oeste/RN, nas localidades contidas na especificação do item neste termo de referência, bem como no projeto básico em anexo.

Da Subcontratação

5.2.Na presente Contratação **NÃO** será admitida subcontratação:

Da Garantia da contratação

5.3.NÃO haverá exigência da garantia da contratação.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

Condições de Entrega

6.1.O prazo para início da execução dos serviços é de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da respectiva ordem de compra e/ou serviço.

6.2.Os serviços deverão ser executados nos locais descritos nos requisitos da contratação deste Termo de Referência e constantes no projeto básico em anexo.

6.3.Os serviços serão recebidos provisoriamente por ocasião da sua efetiva realização, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.4.Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos/prestados novamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.5.Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e cumprimento das especificações e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.6.Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.7.O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.8.O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados neste Termo de Referência e/ou ordem de compra, conforme as condições e as necessidades do licitante.

7. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

7.1.O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2.Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3.As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4.O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5.Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6.A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

7.7.O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.8.O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

7.9.O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal Nº 324, de 30/01/2023

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. PREFEITO LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA



Edição Nº. 318 – São Francisco do Oeste/RN, Segunda-Feira – 13 de maio de 2024.

relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8. DO CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

8.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, com o FGTS, e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

8.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

8.3. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da contracorrente bancária de titularidade do Contratado.

8.4. As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município Contratante, devendo constar ainda número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

8.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \quad I = (6/100) \quad I = 0,00016438$

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

8.6 - A Administração Pública Municipal efetuará a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre os pagamentos efetuados.

8.6.1 - As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços.

8.6.2 A retenção que se refere este item não será efetuada de pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como também as demais pessoas jurídicas elencadas no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012

9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade DISPENSA, sob a forma PRESENCIAL, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site: www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

9.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.3.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.3.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.3.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.3.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.4.1. CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal Nº 324, de 30/01/2023

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. PREFEITO LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA



Edição Nº. 318 – São Francisco do Oeste/RN, Segunda-Feira – 13 de maio de 2024.

9.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

9.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.4.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da **Fazenda Estadual** onde a empresa for sediada;

9.4.6. Prova de regularidade junto à **Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

9.4.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.4.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.4.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.4.10. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.4.11. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.5.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

9.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.6.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

10. DA ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 52.402,50 (cinquenta e dois mil quatrocentos e dois reais e cinquenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima e no projeto básico em anexo.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. São obrigações da Contratante:

11.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

11.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado; e

11.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

11.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

12.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

12.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

12.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

12.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13. DO REAJUSTE:



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal Nº 324, de 30/01/2023

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. PREFEITO LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA



Edição Nº. 318 – São Francisco do Oeste/RN, Segunda-Feira – 13 de maio de 2024.

- 13.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 13.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA-E e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

14.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

15. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

15.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Unidade Orçamentária: 7001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO;
II) Programa de Trabalho: 7 – GESTÃO URBANA E HABITAÇÃO;
III) Ação: 7.125 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS/RURAIIS;
IV) Elemento de Despesa: 190 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
V) Fonte de Recursos: 1501 – Outros Recursos não Vinculados;

São Francisco do Oeste /RN, 10 de maio de 2024.

Atevaldo Porfírio da Silva
Secretário Municipal de Obras e Urbanismo

PROJETO BÁSICO

- 1. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA**
- 2. CRONOGRAMA FÍSICO- FINANCEIRO**
- 3. COMPOSIÇÕES ANALÍTICAS COM PREÇO UNITÁRIO**
- 4. QUADRO DE COMPOSIÇÃO DO BDI**
- 5. MEMÓRIA DE CÁLCULO**

OBRA: ROÇO DE VEGETAÇÃO EM FAIXA DE DOMÍNIO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO OESTE-RN

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN

OBRA: ROÇO DE VEGETAÇÃO EM FAIXA DE DOMÍNIO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO OESTE-RN LOCAL: ZONA RURAL

Bancos: SINAPI - 02/2024 - Rio Grande do Norte - SEINFRA - 028 - Ceará Encargos Sociais Não Desonerado:

Horista: 115,33% Mensalista: 70,95%

B.D.I. = 19,61%

Orçamento Sintético



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal Nº 324, de 30/01/2023

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. PREFEITO LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA



Edição Nº. 318 – São Francisco do Oeste/RN, Segunda-Feira – 13 de maio de 2024.

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
1			ESTRADA SITIO CAIÇARA					4.131,00
1.1	COMP. 01 PMSFO	Próprio	ROÇO MANUAL DE FAIXA DE DOMÍNIO DAS ESTRADAS - REFERÊNCIA SEINFRA (C4187)	m ²	8100	0,43	0,51	4.131,00
2			ESTRADA SÍTIOS ENTRE SANTO ANDRÉ E TIGRES: TRECHO COSME DE ZEZA A RAIMUNDO GABRIEL					8.032,50
2.1	COMP. 01 PMSFO	Próprio	ROÇO MANUAL DE FAIXA DE DOMÍNIO DAS ESTRADAS - REFERÊNCIA SEINFRA (C4187)	m ²	15750	0,43	0,51	8.032,50
3			ESTRADA SÍTIOS ENTRE BARRO VERMELHO E MONTE LINO: TRECHO RAIMUNDO GABRIEL Á GALEGO					5.355,00
3.1	COMP. 01 PMSFO	Próprio	ROÇO MANUAL DE FAIXA DE DOMÍNIO DAS ESTRADAS - REFERÊNCIA SEINFRA (C4187)	m ²	10500	0,43	0,51	5.355,00
4			ESTRADA SÍTIOS: TRECHO CORREDOR DA FANHOSA					3.519,00
4.1	COMP. 01 PMSFO	Próprio	ROÇO MANUAL DE FAIXA DE DOMÍNIO DAS ESTRADAS - REFERÊNCIA SEINFRA (C4187)	m ²	6900	0,43	0,51	3.519,00
5			ESTRADA SÍTIOS: TRECHO CORREDOR FANHOSA A CAROBA					3.366,00
5.1	COMP. 01 PMSFO	Próprio	ROÇO MANUAL DE FAIXA DE DOMÍNIO DAS ESTRADAS - REFERÊNCIA SEINFRA (C4187)	m ²	6600	0,43	0,51	3.366,00
6			ESTRADA SITIO TIGRES: TRECHO MICHEL A PIRRITA					3.213,00
6.1	COMP. 01 PMSFO	Próprio	ROÇO MANUAL DE FAIXA DE DOMÍNIO DAS ESTRADAS - REFERÊNCIA SEINFRA (C4187)	m ²	6300	0,43	0,51	3.213,00
7			ESTRADA ENTRE SÃO FRANCISCO DO OESTE E DIVISA CEARÁ					9.486,00
7.1	COMP. 01 PMSFO	Próprio	ROÇO MANUAL DE FAIXA DE DOMÍNIO DAS ESTRADAS - REFERÊNCIA SEINFRA (C4187)	m ²	18600	0,43	0,51	9.486,00
8			ESTRADA ENTRE BODEGA MARINHO E ESTRADA ACESSO CEARÁ					10.710,00
8.1	COMP. 01 PMSFO	Próprio	ROÇO MANUAL DE FAIXA DE DOMÍNIO DAS ESTRADAS - REFERÊNCIA SEINFRA (C4187)	m ²	21000	0,43	0,51	10.710,00
9			ESTRADA SÍTIOS: TRECHO CORREDOR DOS VIANAS					4.590,00
9.1	COMP. 01 PMSFO	Próprio	ROÇO MANUAL DE FAIXA DE DOMÍNIO DAS ESTRADAS - REFERÊNCIA SEINFRA (C4187)	m ²	9000	0,43	0,51	4.590,00

Total sem BDI R\$ 44.182,50

Total do BDI R\$ 8.220,00

Total Geral R\$ 52.402,50

VALOR: CINQUENTA E DOIS MIL, QUATROCENTOS E DOIS REAIS, E CINQUENTA CENTAVOS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN

OBRA: ROÇO DE VEGETAÇÃO EM FAIXA DE DOMÍNIO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO OESTE- LOCAL: ZONA RURAL

Bancos: SINAPI - 02/2024 - Rio Grande do Norte; SEINFRA - 028 - Ceará Encargos Sociais Não Desonerado: Horista: 115,33% Mensalista: 70,95%

B.D.I. = 19,61%

Cronograma Físico e Financeiro

Item	Descrição	Total Por Etapa	30 DIAS	60 DIAS
1	ESTRADA SITIO CAIÇARA	100,00% 4.131,00	100,00% 4.131,00	
2	ESTRADA SÍTIOS ENTRE SANTO ANDRÉ E TIGRES: TRECHO COSME DE ZEZA A RAIMUNDO GABRIEL	100,00% 8.032,50	100,00% 8.032,50	
3	ESTRADA SÍTIOS ENTRE BARRO VERMELHO E MONTE LINO: TRECHO RAIMUNDO GABRIEL Á GALEGO	100,00% 5.355,00	100,00% 5.355,00	
4	ESTRADA SÍTIOS: TRECHO CORREDOR DA FANHOSA	100,00% 3.519,00	100,00% 3.519,00	
5	ESTRADA SÍTIOS: TRECHO CORREDOR FANHOSA A CAROBA	100,00% 3.366,00	100,00% 3.366,00	



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal Nº 324, de 30/01/2023

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. PREFEITO LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA



Edição Nº. 318 – São Francisco do Oeste/RN, Segunda-Feira – 13 de maio de 2024.

6	ESTRADA SITIO TIGRES: TRECHO MICHEL A PIRRITA	100,00% 3.213,00	100,00% 3.213,00	
7	ESTRADA ENTRE SÃO FRANCISCO DO OESTE E DIVISA CEARÁ	100,00% 9.486,00		100,00% 9.486,00
8	ESTRADA ENTRE BODEGA MARINHO E ESTRADA ACESSO CEARÁ	100,00% 10.710,00		100,00% 10.710,00
9	ESTRADA SITIOS: TRECHO CORREDOR DOS VIANAS	100,00% 4.590,00		100,00% 4.590,00

Porcentagem Custo	52,7%	47,3%
Porcentagem Acumulado	27.616,50	24.786,00
Custo Acumulado	52,7%	100,0%
	27.616,50	52.402,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN

OBRA: ROÇO DE VEGETAÇÃO EM FAIXA DE DOMÍNIO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO OESTE-RN LOCAL: ZONA RURAL

Bancos: SINAPI - 02/2024 - Rio Grande do Norte - SEINFRA - 028 - Ceará Encargos Sociais Não Desonerado:

Horista: 115,33% Mensalista: 70,95%

B.D.I. = 19,61%

Composições Analíticas com Preço Unitário

1.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	COMP. 01 PMSFO	Próprio	ROÇO MANUAL DE FAIXA DE DOMÍNIO DAS ESTRADAS - REFERÊNCIA SEINFRA (C4187)	URBA - URBANIZAÇÃO	m²	1,0000000	0,43	0,43
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,0200000	20,78	0,41
Composição Auxiliar	90780	SINAPI	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,0002000	33,70	0,00
Composição Auxiliar	90776	SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,0010000	24,07	0,02

MO sem LS => 0,14 LS => 0,16 MO com LS => 0,30
 Valor do BDI => 0,08 Valor com BDI => 0,51

Total sem BDI	R\$ 44.182,50
Total do BDI	R\$ 8.220,00
Total Geral	R\$ 52.402,50

VALOR: CINQUENTA E DOIS MIL, QUATROCENTOS E DOIS REAIS, E CINQUENTA CENTAVOS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN

OBRA: ROÇO DE VEGETAÇÃO EM FAIXA DE DOMÍNIO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOCAL: ZONA RURAL

Bancos: SINAPI - 02/2024 - Rio Grande do Norte - SEINFRA - 028 - Ceará Encargos Sociais Não Desonerado:

Horista: 115,33% Mensalista: 70,95%

B.D.I. = 19,61%

QUADRO DE COMPOSIÇÃO DO BDI

PROPONENTE / TOMADOR

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN

OBJETO

OBRA: ROÇO DE VEGETAÇÃO EM FAIXA DE DOMÍNIO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO OESTE-RN

TIPO DE OBRA DO EMPREENDIMENTO

DESONERAÇÃO

Construção de Praças Urbanas, Rodovias, Ferrovias e recapeamento e pavimentação de vias urbanas

NÃO



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal Nº 324, de 30/01/2023

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. PREFEITO LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA



Edição Nº. 318 – São Francisco do Oeste/RN, Segunda-Feira – 13 de maio de 2024.

Conforme legislação Tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para ISS: 40,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%): 5,00%

Itens	Siglas	% Adotado	Situação	Intervalo de Admissibilidade		
				1º Quartil	Médio	3º Quartil
Administração Central	AC	3,80%	-	3,80%	4,01%	4,67%
Seguro e Garantia	SG	0,32%	-	0,32%	0,40%	0,74%
Risco	R	0,50%	-	0,50%	0,56%	0,97%
Despesas Financeiras	DF	1,02%	-	1,02%	1,11%	1,21%
Lucro	L	6,78%	-	6,64%	7,30%	8,69%
Tributos (Impostos COFINS 3%, E PIS 0,65 %)	CP	3,65%	-	3,65%	3,65%	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	2,00%	-	0,00%	2,50%	5,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CRPB	4,50%		0,00%	4,50%	4,50%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	19,61%		19,60%	20,97%	24,23%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula

$$BDI . DES = \frac{(1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Responsável Técnico

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN OBRA: ROÇO DE VEGETAÇÃO EM FAIXA DE DOMÍNIO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO OESTE-RN LOCAL: ZONA RURAL

Bancos: SINAPI - 02/2024 - Rio Grande do Norte - SEINFRA - 028 - Ceará Encargos Sociais Não Desonerado:

Horista: 115,33% Mensalista: 70,95%

B.D.I. = 19,61%

Memória de Cálculo

Item	Descrição	Und	Quant.	Memória de Cálculo
1	ESTRADA SÍTIO CAIÇARA			
1.1	ROÇO MANUAL DE FAIXA DE DOMÍNIO DAS ESTRADAS - REFERÊNCIA SEINFRA (C4187)	m ²	8.100,0	= COMPRIMENTO = 2.700,00 m LARGURA = 1,5 m TOTAL : 2.700,00 m x 1,5 m x 2 lados = 8.100,00 m ²
2	ESTRADA SÍTIOS ENTRE SANTO ANDRÉ E TIGRES: TRECHO COSME DE ZEZA A RAIMUNDO GABRIEL			
2.1	ROÇO MANUAL DE FAIXA DE DOMÍNIO DAS ESTRADAS - REFERÊNCIA SEINFRA (C4187)	m ²	15.750,0	= COMPRIMENTO = 5.250,00 m LARGURA = 1,5 m TOTAL : 5.250,00 m x 1,5 m x 2 lados = 15.750,00 m ²
3	ESTRADA SÍTIOS ENTRE BARRO VERMELHO E MONTE LINO: TRECHO RAIMUNDO GABRIEL À GALEGO			
3.1	ROÇO MANUAL DE FAIXA DE DOMÍNIO DAS ESTRADAS - REFERÊNCIA SEINFRA (C4187)	m ²	10.500,0	= COMPRIMENTO = 3.500,00 m LARGURA = 1,5 m TOTAL : 3.500,00 m x 1,5 m x 2 lados = 10.500,00 m ²
4	ESTRADA SÍTIOS: TRECHO CORREDOR DA FANHOSA			
4.1	ROÇO MANUAL DE FAIXA DE DOMÍNIO DAS ESTRADAS - REFERÊNCIA SEINFRA (C4187)	m ²	6.900,0	= COMPRIMENTO = 2.300,00 m LARGURA = 1,5 m TOTAL : 2.300,00 m x 1,5 m x 2 lados = 6.900,00 m ²
5	ESTRADA SÍTIOS: TRECHO CORREDOR FANHOSA A CAROBA			
5.1	ROÇO MANUAL DE FAIXA DE DOMÍNIO DAS ESTRADAS - REFERÊNCIA SEINFRA (C4187)	m ²	6.600,0	= COMPRIMENTO = 2.200,00 m LARGURA = 1,5 m TOTAL : 2.200,00 m x 1,5 m x 2 lados = 6.600,00 m ²
6	ESTRADA SÍTIO TIGRES: TRECHO MICHEL A PIRRITA			
6.1	ROÇO MANUAL DE FAIXA DE DOMÍNIO DAS ESTRADAS - REFERÊNCIA SEINFRA (C4187)	m ²	6.300,0	= COMPRIMENTO = 2.100,00 m LARGURA = 1,5 m TOTAL : 2.100,00 m x 1,5 m x 2 lados = 6.300,00 m ²
7	ESTRADA ENTRE SÃO FRANCISCO DO OESTE E DIVISA CEARÁ			
7.1	ROÇO MANUAL DE FAIXA DE DOMÍNIO DAS ESTRADAS - REFERÊNCIA SEINFRA (C4187)	m ²	18.600,0	= COMPRIMENTO = 6.200,00 m LARGURA = 1,5 m TOTAL : 6.200,00 m x 1,5 m x 2 lados = 18.600,00 m ²
8	ESTRADA ENTRE BODEGA MARINHO E ESTRADA ACESSO CEARÁ			



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal Nº 324, de 30/01/2023

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. PREFEITO LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA



Edição Nº. 318 – São Francisco do Oeste/RN, Segunda-Feira – 13 de maio de 2024.

8.1	ROÇO MANUAL DE FAIXA DE DOMÍNIO DAS ESTRADAS - REFERÊNCIA SEINFRA (C4187)	m ²	21.000,0	= COMPRIMENTO = 7.000,00 m LARGURA = 1,5 m TOTAL : 7.000,00 m x 1,5 m x 2 lados = 21.000,00 m ²
9	ESTRADA SÍTIOS: TRECHO CORREDOR DOS VIANAS			
9.1	ROÇO MANUAL DE FAIXA DE DOMÍNIO DAS ESTRADAS - REFERÊNCIA SEINFRA (C4187)	m ²	9.000,0	= COMPRIMENTO = 3.000,00 m LARGURA = 1,5 m TOTAL : 3.000,00 m x 1,5 m x 2 lados = 9.000,00 m ²

ESPAÇO NÃO UTILIZADO